



PROCESSOS NºS	185.060-1/2024 (179.726-3/2024, 200.181-0/2025 E 184.820-8/2024 – APENSOS)
MUNICÍPIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA
CHEFE DE GOVERNO	FRANCISCO GONÇALVES NAVES
ADVOGADA	LIEDA REZENDE BRITO – OAB/MT 12.816
ASSUNTO	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – EXERCÍCIO DE 2024
RELATOR	CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF
RELATÓRIO	https://www.tce.mt.gov.br/processo/documento/1850601/2024/692104/2025
VOTO	https://www.tce.mt.gov.br/processo/documento/1850601/2024/692105/2025
SESSÃO DE JULGAMENTO	27/11/2025 – PLENÁRIO PRESENCIAL (EXTRAORDINÁRIA)

PARECER PRÉVIO Nº 142/2025 – PP

Resumo: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA. CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2024. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL, COM RESSALVAS, À APROVAÇÃO. RECOMENDAÇÃO AO PODER LEGISLATIVO.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 185.060-1/2024 e apensos.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO (TCE/MT), considerando a competência delineada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) e pela Constituição do Estado de Mato Grosso de 1989 (CE-MT/1989), aprecia as Contas Anuais de Governo do Município de Araguainha, referentes ao exercício de 2024, sob a responsabilidade do Senhor Francisco Gonçalves Naves, Chefe do Poder Executivo, cuja análise se baseia: a) no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que representam a posição financeira, orçamentária e patrimonial dos atos e fatos registrados até 31/12/2024; b) no resultado das operações de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade aplicados à





Administração Pública, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF); e c) nas funções de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas (art. 3º, § 1º, I a VII, da Resolução Normativa nº 1/2019 - TCE/MT), destacando-se os seguintes pontos:

1. Orçamento

O orçamento do município foi autorizado pela Lei Municipal nº 1.022/2023, que estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 22.820.000,00** (vinte e dois milhões, oitocentos e vinte mil reais), autorizando a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 8% da despesa fixada.

As metas fiscais de resultados nominal e primário foram previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em conformidade com o art. 4º, § 1º, da LRF.

As alterações orçamentárias atenderam parcialmente os limites e condições estabelecidos pela CRFB/1988, pela Lei nº 4.320/1964 e pela LRF.

2. Receita

As receitas orçamentárias foram arrecadadas na forma dos arts. 11 e 12 da LRF. No exercício de 2024, as receitas orçamentárias efetivamente arrecadadas (líquidas), exceto as intraorçamentárias, totalizaram o valor de **R\$ 30.234.817,89** (trinta e milhões duzentos e trinta e quatro mil oitocentos e dezessete reais e oitenta e nove centavos):

Origem	Previsão atualizada R\$	Valor arrecadado R\$	% da arrecadação s/ previsão
I- Receitas Correntes (exceto intra)	36.239.988,00	34.847.930,94	96,15
Receita de impostos, taxas e contribuição de melhoria	3.384.842,07	1.010.597,26	29,85
Receita de contribuições	575.500,00	809.731,69	140,70
Receita patrimonial	2.124.406,00	1.005.339,63	47,32
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	673.750,00	68.716,54	10,19
Transferências correntes	29.426.439,93	31.792.124,96	108,03
Outras receitas correntes	55.050,00	161.420,86	293,22
II - Receitas de Capital (exceto intra)	31.250,00	0,00	0,00
Operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferência de capital	31.250,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00





III - Receita Bruta (exceto intra)	36.271.238,00	34.847.930,94	96,07
IV – Deduções da Receita	- 2.626.280,00	- 4.613.113,05	175,65
Deduções para FUNDEB	- 2.626.280,00	- 4.613.113,05	175,65
Renúncias de receita	0,00	0,00	0,00
Outras deduções	0,00	0,00	0,00
V – Receita Líquida (exceto intra)	33.644.958,00	30.234.817,89	89,86
VI – Receita Corrente Intraorçamentária	1.940.228,75	2.973.611,22	153,26
VII – Receita de Capital Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00
Total Geral	35.585.186,75	33.208.429,11	93,32

Destaca-se que, do total das receitas arrecadadas no exercício, **R\$ 31.792.124,96** (trinta e um milhões, setecentos e noventa e dois mil, cento e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos) se referem às transferências correntes.

A comparação das receitas previstas com as efetivamente arrecadadas, exceto as intraorçamentárias, evidencia insuficiência de arrecadação no valor de **R\$ 3.410.140,11** (dois milhões, trezentos e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), correspondente a 10,14% do valor previsto.

A receita tributária própria arrecadada somou **R\$ 1.010.597,26** (um milhão, dez mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos), equivalente a 2,90% da receita corrente arrecadada, conforme demonstrado abaixo:

Receita Tributária Própria	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
I – Impostos, taxas e contribuições	907.247,39	89,77
IPTU	53.912,51	5,33
IRRF	532.279,41	52,67
ISSQN	169.545,88	16,77
ITBI	151.509,59	14,99
II - Taxas (Principal)	86.365,47	8,54
III - Contribuição de Melhoria (Principal)	0,00	0,00
IV - Multas e Juros de Mora (Principal)	16.984,40	1,68
V - Dívida Ativa	0,00	0,00
VI - Multas e Juros de Mora (Dívida Ativa)	0,00	0,00
Total	1.010.597,26	--

2.1. Grau de Autonomia Financeira

Quanto à capacidade de o município gerar receitas, sem depender das receitas de transferências, verifica-se autonomia financeira na ordem de 8,76%, o que significa que, a cada R\$ 1,00 (um real) recebido, o município contribuiu apenas com R\$ 0,08 (oito centavos) de receita própria. Consequentemente, o grau de dependência do município em relação às receitas de transferência alcançou 91,23%.





	Descrição	Valor R\$
A	Receita Orçamentária Executada (Exceto Intra)	34.847.930,94
B	Receita de Transferência Corrente	31.792.124,96
C	Receita de Transferência de Capital	0,00
D = (B+C)	Total Receitas de Transferências	31.792.124,96
E = (A-D)	Receitas Próprias do Município	3.055.805,98
F = (E/A)*100	Percentual de Participação de Receitas Próprias	8,76%
G = (D/A)*100	Percentual de Dependência de Transferências	91,23%

3. Despesas

As despesas previstas atualizadas pelo município, inclusive as intraorçamentárias, corresponderam a **R\$ 41.712.217,66** (quarenta e um milhões, setecentos e doze mil, duzentos e dezessete reais e sessenta e seis centavos), e as despesas realizadas (empenhadas) totalizaram **R\$ 36.788.967,57** (trinta e seis milhões, setecentos e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), conforme demonstrado a seguir:

Origem	Dotação atualizada R\$	Valor executado R\$	% da execução s/ previsão
I - Despesas correntes	35.732.367,42	31.242.635,36	87,43
Pessoal e Encargos Sociais	11.478.214,93	11.247.622,45	97,99
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	24.254.152,49	19.995.012,91	82,44
II - Despesa de capital	3.884.805,14	3.582.040,94	92,20
Investimentos	2.893.998,05	2.591.233,85	89,53
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	990.807,09	990.807,09	100,00
III - Reserva de contingência	900,00	0,00	0,00
IV - Total despesa orçamentária (exceto intra)	39.618.072,56	34.824.676,30	87,90
V - Despesas intraorçamentárias	2.094.145,10	1.964.291,27	93,79
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	2.094.145,10	1.964.291,27	93,79
VII - Despesa de Capital Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00
VIII - Total Despesa	41.712.217,66	36.788.967,57	88,19

Verifica-se, no quadro acima, que o grupo de natureza de despesa com maior participação em 2024, na composição da despesa orçamentária municipal, foi “Outras Despesas Correntes”, no valor de **R\$ 19.995.012,91** (dezenove milhões, novecentos e noventa e cinco mil, doze reais e noventa e um centavos), equivalente a 64% do total da despesa orçamentária (exceto a intraorçamentária).

4. Resultado da Execução Orçamentária





Comparando as receitas arrecadadas (R\$ 28.967.480,02) com as despesas empenhadas (R\$ 33.012.087,13), ajustadas às disposições da Resolução Normativa nº 43/2013 - TCE/MT, verifica-se resultado de execução orçamentária **superavitário** de **R\$ 605.549,65** (seiscentos e cinco mil, quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), conforme demonstrado a seguir:

Especificação	Resultado
Desp. Empenhada decorrente de Créditos Adicionais Superávit Financeiro - Créditos Adicionais (A)	R\$ 4.650.156,76
Desp. Orçamentária Consolidada Ajustada (B)	R\$ 33.012.087,13
Receita Orçamentária Consolidada Ajustada (C)	R\$ 28.967.480,02
Exercício 2024= Se (C-B)<0; (C+A/B); (C/B)	1,0183

A relação entre despesas correntes (R\$ 33.206.926,63) e receitas correntes (R\$ 33.208.429,11) superou 95% no período de 12 (doze) meses, não atendendo o art. 167-A da CRFB/1988.

O resultado primário, calculado com base nas receitas e nas despesas não financeiras – demonstrando a capacidade de pagamento do serviço da dívida – foi **deficitário** em **R\$ 2.346.739,85** (dois milhões, trezentos e quarenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e oitenta e cinco centavos), não cumprindo a meta prevista na LDO.

5. Convergência e Procedimentos Patrimoniais

Em exame das disposições constantes na Portaria nº 184/2008, do Ministério da Fazenda, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, com vistas à convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como da padronização estabelecida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e pelas Portarias nºs 438/2012 e 877/2018 da Secretaria do Tesouro Nacional, constatou-se que:

Constatações
As demonstrações contábeis apresentaram conformidade com os princípios e normas de contabilidade aplicadas ao setor público.
O relatório verificou a consistência dos saldos apresentados, conferindo a aderência entre os registros contábeis e as demonstrações.
O resultado patrimonial apurado não foi corretamente apropriado no patrimônio líquido, em desconformidade com a estrutura do Balanço Patrimonial e os procedimentos contábeis vigentes.
O total do resultado financeiro não é convergente com o quadro dos ativos e passivos financeiros e o quadro do Superávit/Déficit Financeiro.





O município não evidenciou o estágio de implementação do PIPCP nas demonstrações contábeis de 2024.

Não foi realizada a apropriação mensal das férias e do 13º salário.

6. Situação Financeira

A situação financeira revelou um saldo superavitário, evidenciando disponibilidade financeira de R\$ 2,87 (dois reais e oitenta e sete centavos) para cada R\$ 1,00 (um real) de obrigações de curto prazo.

7. Restos a Pagar

Para cada R\$ 1,00 (um real) de despesa empenhada, foram inscritos R\$ 0,05 (cinco centavos) em restos a pagar.

8. Dívida Pública Consolidada

A CRFB/1988, em seu art. 52, VI, estabelece ser competência privativa do Senado Federal, mediante proposta do Presidente da República, a fixação dos limites globais da dívida consolidada dos entes federativos. Nesse contexto, verifica-se que, no exercício de 2024, o Município atendeu aos limites da dívida consolidada líquida definidos pela Resolução nº 40/2001, bem como que as operações de crédito respeitaram os limites fixados pela Resolução nº 43/2001, ambas do Senado Federal.

Norma	Quocientes	Limites previstos	Situação
Art. 3º, II, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal	Quociente do Limite de Endividamento (QLE): o resultado indica que a dívida consolidada líquida ao final do exercício representou 0% da RCL ajustada.	Não poderá exceder 1,2 x RCL ajustada	cumprido
Art. 7º, I, da Resolução nº 43/2001 – Senado Federal	Quociente da Dívida Pública Contratada – (QDPC): o resultado apurado no exercício de 2024 referente à dívida pública contratada correspondeu a 0% da RCL ajustada.	Não poderá ser superior a 16% da RCL ajustada	cumprido
Art. 7º, II, da Resolução nº 43/2001 – Senado Federal	Quociente de Dispendios da Dívida Pública (QDDP): o resultado revela que os dispendios da dívida pública efetuados no exercício representaram 3,42% da RCL.	Não poderá exceder 11,5% da RCL ajustada	cumprido

9. Limites

Acerca do cumprimento dos limites legais e constitucionais verificou-se:

Objeto	Norma	Limite Previsto	Percentual/valor alcançado	Situação
--------	-------	-----------------	----------------------------	----------





Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Art. 212 da CRFB/1988	Mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências	26,34%	regular
Remuneração do Magistério	Art. 26 da Lei nº 14.113/2020	Mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB	73,52%	regular
FUNDEB	Art. 28 da Lei nº 14.113/2020	Cumprimento do percentual mínimo de 50% - Complementação União	não houve	--
	Art. 212-A, XI, da CRFB/1988	Cumprimento do percentual mínimo de 15% estabelecido - Complementação União	não houve	--
	Art. 25, §3º, da Lei nº 14.113/2020	FUNDEB – percentual aplicado no exercício (aplicação mínima 90%)	100%	regular
		Valor FUNDEB não aplicado no 1º quadrimestre do exercício seguinte	R\$ 101.652,51	irregular
Ações e Serviços de Saúde	Art. 77, III, do ADCT	Mínimo de 15% da receita de impostos referente ao art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, “b” e § 3º, da CRFB/1988	16,50%	regular
Despesa Total com Pessoal do Município	Art. 19, III, da LRF	Máximo de 60% sobre a RCL	30,03%	regular
Despesa com Pessoal do Poder Executivo	Art. 20, III, “b”, da LRF	Máximo de 54% sobre a RCL	27,35%	regular
Despesa com Pessoal do Poder Legislativo	Art. 20, III, “a”, da LRF	Máximo de 6% sobre a RCL	2,67%	regular
Repasse ao Poder Legislativo	Art. 29-A da CRFB/1988	Máximo de 7% sobre a Receita Base	6,93%	regular
Despesas Correntes/Receitas Correntes	Art. 167-A da CRFB/1988	Máximo de 95% da relação entre as despesas correntes e receitas correntes	99,99%	irregular
Regra de Ouro	Art. 167, III, da CRFB/1988	Máximo de 100% da relação entre as despesas de capital e as operações de crédito	0,00%	regular

10. Previdência

Os servidores efetivos do município estão vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, enquanto os demais permanecem vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

De acordo com a Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência Social – MPS, o RPPS de Araguaína encontra-se regular, conforme o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP nº 989023-240929, o que evidencia o cumprimento das





normas de boa gestão e assegura o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

Sobre o Índice de Situação Previdenciária, utilizado para aferir a qualidade da gestão dos RPPS, verifica-se, conforme Relatório Final publicado pelo MPS em 03/12/2024, que o município apresenta a classificação C.

11. Cumprimento das Decisões do TCE/MT

11.1. Nível de Transparência

A transparência pública é elemento essencial para aferir a responsabilidade legal e social, além de constituir indicador de boa e regular governança. Nesse sentido, o Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP instituiu metodologia nacionalmente padronizada para uniformizar, orientar, estimular e fiscalizar a transparência nos Poderes e órgãos públicos. No exercício de 2024, a avaliação acerca da transparência da Prefeitura Municipal obteve o seguinte resultado:

Unidade gestora	Percentual de transparência	Nível de transparência
Prefeitura Municipal de Araguaína	43,25%	básico

11.2. Prevenção à violência no âmbito escolar

Na avaliação das ações previstas na Decisão Normativa nº 10/2024 – TCE, em consonância com a Nota Recomendatória nº 1/2024 da COPESP, voltadas à prevenção da violência contra as mulheres, o Município de Araguaína apresentou o seguinte resultado:

Base normativa	Ação	Situação
Lei nº 14.164/2021	Alocar recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher.	não cumprida
Lei nº 14.164/2021	Adotar ações para cumprimento da Lei nº 14.164/2021.	não atendida
Art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996	Incluir nos currículos da educação infantil e do ensino fundamental conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher.	cumprida
Art. 2º da Lei nº 14.164/2021	Realizar a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.	Não cumprida

11.3. Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE

Em conformidade com as soluções técnico-jurídicas firmadas na Mesa Técnica nº 4/2023 e homologadas por meio da Decisão Normativa nº 7/2023 - TCE, que





uniformizaram o entendimento sobre o vínculo e a remuneração dos ACS e dos ACE em âmbito municipal, verificou-se:

Base normativa	Ação	Situação
Art. 4º da DN nº 07/2023	Comprovação de que o salário inicial percebido pelos ACS e pelos ACE se encontra no patamar correspondente ao montante de, no mínimo, 02 (dois) salários-mínimos, conforme estabelece a Emenda Constitucional nº 120/2022.	atendida
Art. 4º, parágrafo único, da DN nº 07/2023	Comprovação de pagamento de adicional de insalubridade aos ACS e ACE de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) ou 10% (dez por cento) do vencimento ou salário-base, segundo se classifiquem as atividades dos agentes nos graus máximo, médio e mínimo, respectivamente.	atendida
Art. 7º da DN nº 07/2023	Comprovação de concessão de RGA para a categoria de forma igualitária com as demais carreiras.	atendida
Art. 8º da Lei nº 1.164/2021	Previsão de aposentadoria especial para os ACS e ACE no cálculo atuarial do RPPS.	não atendida

11.4. Ouvidoria

Nos termos da Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da administração pública, e com finalidade de avaliar a existência e o funcionamento das Ouvidorias nos municípios mato-grossenses, verificou-se que, no Município de Araguainha:

Base Normativa	Ação
Lei nº 13.460/2017 e Nota Técnica nº 02/2021	Há ato formal de criação da Ouvidoria no âmbito da entidade pública.
Lei nº 13.460/2017 e Nota Técnica nº 02/2021	Há ato administrativo que designa oficialmente o responsável pela Ouvidoria.
Arts. 13 a 17 da Lei nº 13.460/2017	Há regulamentação específica que estabelece as regras, competências e funcionamento da Ouvidoria.
Art. 7º da Lei nº 13.460/2017	A entidade pública não disponibiliza uma Carta de Serviços ao Usuário.

12. Políticas Públicas

No exercício de sua função de controle externo, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso ampliou sua atuação para além da análise contábil e financeira, incorporando às Contas Anuais de Governo o monitoramento de indicadores estratégicos nas áreas de educação, saúde e meio ambiente. Essa iniciativa tem por finalidade qualificar a avaliação da gestão municipal, subsidiar a tomada de decisão com base em evidências e orientar o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Nesse contexto, destacam-se alguns indicadores:





12.1. Educação

12.1.1. Alunos matriculados

Em 2024, conforme dados do Censo Escolar, a rede pública municipal de Araguaína contava com 102 alunos matriculados, distribuídos conforme demonstrado no quadro a seguir:

Ensino Regular								
	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré-escola		Anos iniciais		Anos finais	
Urbana	0.0	0.0	21.0	0.0	76.0	0.0	0.0	0.0
Rural	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)								
	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré-escola		Anos iniciais		Anos finais	
Urbana	0.0	0.0	0.0	0.0	5.0	0.0	0.0	0.0
Rural	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

12.1.2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb

No último Ideb, referente ao ano de 2023 e divulgado em 2024, o município obteve o seguinte índice 4,4:

	Nota Município	Meta Nacional	Nota - Média MT	Nota - Média Brasil
Ideb – anos iniciais	4,4	6,0	6,02	5,23
Ideb - anos finais	0,0	5,5	4,8	4,6

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Com base nesse panorama, verifica-se que, nos anos iniciais, o desempenho do município está abaixo da meta do Plano Nacional de Educação – PNE e abaixo das médias estadual e nacional.

12.1.3. Fila em creches e pré-escola em MT

Com o objetivo de verificar a observância ao art. 227 c/c o art. 208 da CRFB/1988 e a Lei Federal nº 13.257/2016, o TCE/MT, em conjunto com o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso - GAEPE/MT, realizou diagnóstico sobre a realidade dos municípios mato-grossenses quanto à existência de filas por vagas em creche e pré-escolas.





Conforme os dados declarados pelo gestor municipal, o Município de Araguaína não integra o rol dos municípios com maiores filas de espera, não havendo registro de demanda reprimida de atendimento à educação na primeira infância.

13. Saúde

Os indicadores da área da saúde constituem informações essenciais para a avaliação da gestão municipal. Com base nessa premissa, o TCE/MT adota, em suas análises, classificações amplamente reconhecidas e respaldadas por diretrizes técnicas nacionais e internacionais, com o propósito de aprimorar a gestão pública e fortalecer o controle social. À vista disso, destacam-se os seguintes indicadores:

Indicador	Forma de aferição		Classificação
Taxa de Mortalidade Infantil – TMI	Calculada com base no número de óbitos de crianças menores de um ano, por mil nascidos vivos, considerando parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública.		não informado
Cobertura da Atenção Básica – CAB	Calculada a partir do número de equipes de Saúde da Família (eSF) e de Atenção Primária (eAP) ativas e parametrizadas, em relação à população estimada pelo IBGE.		boa
Cobertura Vacinal – CV	A avaliação considera que, para a maioria das vacinas, a meta de cobertura situa-se entre 90% e 95%		boa
Prevalência de Arboviroses	Calculada a partir da proporção de casos confirmados de Dengue, Chikungunya e Zika em relação ao total da população, multiplicado por 100 mil habitantes.	Dengue	não avaliado
		Chikungunya	ruim
		Zika	não avaliado
Hanseníase	Taxa de Detecção de Hanseníase		não informado
	Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos		não informado
	Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade		não informado

14. Meio Ambiente

Considerando as disposições do art. 23, VI e VII, da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 140/2011 e da Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal, os municípios exercem papel relevante na fiscalização, implementação de políticas ambientais e de incentivo a práticas sustentáveis voltadas à conservação de seus biomas. Sob essa ótica, a gestão ambiental eficiente é essencial para o desenvolvimento sustentável dos municípios e para a garantia de qualidade de vida da população.

Ademais, o monitoramento de indicadores ambientais permite aferir a efetividade das políticas públicas, orientar a tomada de decisão e identificar áreas que





demandam melhorias, assegurando o cumprimento da legislação e a preservação dos recursos naturais. Dessa forma, o Município apresenta os seguintes dados:

Desmatamento	Resultado
O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE disponibiliza, periodicamente, indicadores de desmatamento por meio dos sistemas PRODES e DETER, ferramentas essenciais para o combate ao desmatamento ilegal e para o planejamento territorial sustentável nos municípios (art. 23, incisos VI e VII, da Constituição Federal; art. 9º da Lei Complementar nº 140/2011; e Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal)	De acordo com o Ranking Estadual, o município não ocupa posição com área desmatada
Focos de Queima	Resultado
O indicador de Foco de Queima, divulgado pelo INPE, apresentado no Radar de Controle Público do Meio Ambiente, auxilia na identificação e monitoramento de incêndios florestais, sendo uma ferramenta importante para ações preventivas e de combate. O sistema de detecção de focos de calor baseia-se na análise de imagens de satélite que captam emissões térmicas, permitindo que órgãos ambientais e de defesa civil ajam rapidamente para conter os incêndios.	De acordo com o Radar de Controle Público – Meio Ambiente do TCE/MT, o município registrou 119 focos de queima.

15. Regras Fiscais de Final de Mandato

A LRF estabelece diretrizes para assegurar o equilíbrio das contas públicas, impondo regras específicas ao último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo. Essas disposições têm por finalidade coibir a assunção de novos compromissos financeiros que possam comprometer a gestão fiscal e transferir encargos indevidos ao exercício seguinte. Considerando esse fundamento, constatou-se que:

Base Normativa	Ação
Resolução Normativa nº 19/2016 - TCE	Não foi constituída Comissão de Transição de Mandato, pois o gestor foi reeleito
Parágrafo único do art. 42 da LRF	Não foram contraídas despesas nos últimos 8 (oito) meses do mandato que não possam ser integralmente quitadas no exercício ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a devida disponibilidade de caixa.
Art. 15, <i>caput</i> , da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal	Não foi realizada a contratação de operações de crédito nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo, salvo nas hipóteses de refinanciamento da dívida mobiliária ou operações previamente autorizadas pelo Senado Federal ou pelo Ministério da Fazenda.
Art. 38, IV, “b”, da LRF e art. 15, § 2º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal	Não houve manifestação se foram ou não verificadas operações de crédito por antecipação de receita orçamentária – ARO, no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, em que receitas futuras são oferecidas em garantia.
Art. 21, II, da LRF	Não foi constatado ato que implique aumento de despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

16. Manifestação Técnica e Ministerial





A 4ª Secretaria de Controle Externo, em Relatório Técnico Preliminar, apontou 34 (trinta e quatro) achados, caracterizados em 22 (vinte e duas) irregularidades, assim distribuídas: 1.1 AA10; 2.1 CB03; 3.1 CB04; 8.1 DA04; 9.1 DA12; 10.1 e 10.2 FB03; 11.1 LA05; 12.1 12.2 e 12.3 LB99; 13.1 e 13.2 MB03; 16.1 e 16.2 NB04; 17.1 e 17.2 NB05; 20.1 OC20; 21.1 OC99; 22.1, 22.2, 22.3 e 22.4 ZA01; 4.1 e 4.2 CB05; 5.1 CB06; 6.1 CB08; 7.1, 7.2 e 7.3 CC09; 14.1 MB04; 15.1 NB02; 18.1 NB06; 19.1 NB10.

Dentre as irregularidades, 5 (cinco) são de natureza gravíssima, 14 (quatorze) grave e 3 (três) moderada. Após a análise da defesa, permaneceram as irregularidades CB03 (item 2.1), CB04 (item 3.1), NB04 (itens 16.1 e 16.2), OC20 (item 20.1) e ZA01 (itens 22.1 e 22.2).

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 4.002/2025, da lavra do Procurador Gustavo Coelho Deschamps, opinou pela emissão de Parecer Prévio Contrário à aprovação das contas em apreço, bem como pelo saneamento das irregularidades AA10 – item 1.1, DA12 – item 9.1, FB03 – item 10.2, LA05 – item 11.1, LB99 – itens 12.1 e 12.3, MB03 – itens 13.1 e 13.2 e ZA01 – item 22.4 e pela manutenção das demais, com expedição de recomendações.

Intimado para apresentar alegações finais, o responsável se manifestou nos autos, juntando documentos e explicações complementares. Na sequência, o Parecer Ministerial nº 4.298/2025 retificou o parecer anterior, sanou também as irregularidades DA04, item 8.1 e ZA01, itens 22.1 e 22.2 e opinou pela emissão de Parecer Prévio Favorável à aprovação das contas.

17. Análise do Relator

Após análise minuciosa dos autos, o Relator, Conselheiro Guilherme Antonio Maluf, concluiu pela emissão de Parecer Prévio Favorável, com ressalvas, à aprovação das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Araguainha, referentes ao exercício de 2024.

Destacou que, embora diversas irregularidades tenham sido inicialmente apontadas no Relatório Técnico Preliminar, parte significativa delas foi devidamente sanada ao longo da instrução processual, especialmente após a apresentação da defesa e das alegações finais, conforme reconhecido tanto pela 4ª Secex quanto pelo Ministério Público de Contas.





Ressaltou, ainda, que os principais demonstrativos contábeis foram republicados de forma correta, que as inconsistências registradas no cálculo atuarial foram esclarecidas e que indicadores relevantes das áreas de educação, saúde e meio ambiente demonstraram evolução positiva no exercício, notadamente pela inexistência de fila em creches, pelo não enquadramento do Município entre as áreas críticas de desmatamento e pelas iniciativas voltadas à gestão de riscos fiscais.

Acrescentou que permaneceram irregularidades de natureza relevante, tais como falhas na contabilização das receitas de ICMS, impropriedades no registro das provisões trabalhistas, ausência de transparência tempestiva na divulgação dos anexos da LDO e o não cumprimento integral das políticas educacionais de prevenção à violência previstas na legislação nacional.

Destacou, contudo, que essas falhas, embora merecedoras de ressalva e recomendações corretivas, não configuram insuficiência material capaz de comprometer o conjunto das contas, tampouco indicam dolo ou má-fé por parte da gestão.

Ponderou que o Município deve aprimorar seus mecanismos de governança contábil e fiscal, fortalecer a observância dos princípios da transparência e da publicidade e adotar providências para assegurar o pleno atendimento às políticas públicas obrigatórias, especialmente na área educacional.

Ao final, enfatizou a necessidade do Chefe do Poder Executivo implementar integralmente os ajustes recomendados pela Secex e pelo MPC, de modo a garantir a evolução contínua dos resultados governamentais e evitar a reincidência das irregularidades identificadas no exercício de 2024.

Apreciação Plenária

Diante dos aspectos constantes nos autos, o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, com fundamento na competência que lhe é atribuída pelos arts. 31, §§ 1º e 2º; 71; e 75 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988); arts. 47 e 210 da Constituição do Estado de Mato Grosso de 1989 (CE-MT/1989); art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF); c/c o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – LOTCE/MT); arts. 1º, I; 172, parágrafo único; e 174 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – RITCE/MT





(Resolução Normativa nº 16/2021); e arts. 5º e 75, I, da Lei Complementar nº 752/2022 (Código de Controle Externo do Estado de Mato Grosso), nos termos do voto do Relator e de acordo, em parte, com os Pareceres nºs 4.002/2025 e 4.298/2025, do Ministério Público de Contas, por unanimidade, emite **Parecer Prévio Favorável, com ressalvas, à aprovação das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Araguainha, exercício de 2024, sob a responsabilidade do Senhor Francisco Gonçalves Naves, Chefe do Poder Executivo, recomendando** ao respectivo Poder Legislativo que:

a) recomende ao Chefe do Poder Executivo que:

- I. publique tempestivamente em meio oficial os Anexos obrigatórios de Riscos Fiscais e de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como se abstenha de publicá-los intempestivamente no Portal da Transparência;
- II. determine à Contadoria Municipal que envie o Quadro Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial através do Sistema Aplic;
- III. envie tempestivamente a este TCE-MT a Demonstração de Variações Patrimoniais;
- IV. adote providências no sentido de que as demonstrações contábeis sempre tenham a assinatura do contador responsável;
- V. demonstrativos contábeis obrigatórios sejam sempre publicados tempestivamente no Portal da Transparência;
- VI. adote providências no sentido da inclusão das notas explicativas nas demonstrações contábeis;
- VII. se abstenha de efetuar registros contábeis incorretos, especialmente quando da contabilização das receitas de ICMS;
- VIII. aproprie por competência, mensalmente, as provisões trabalhistas de férias, conforme tópico 18 do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, MCASP 11ª edição, p. 305;
- IX. realize alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual especificamente para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher;





- X.** implemente a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher no calendário escolar;
- XI.** adote providências no sentido do cumprimento da Decisão Normativa nº 7/2023 – PP/TCE-MT;
- XII.** edite Lei referente à aposentadoria especial para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE), bem como que realize a sua inclusão no cálculo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social;
- XIII.** adote todas as medidas necessárias para o atingimento do nível elevado de transparência das informações públicas até o final do exercício de 2025;
- XIV.** adote todas as medidas necessárias para o cumprimento do princípio da publicidade tempestivamente quando da divulgação da Carta de Serviços ao Usuário;
- XV.** proponha novo projeto de Lei para instituição do Regime de Previdência Complementar, garantindo aos servidores em exercício a opção de adesão ao regime;
- XVI.** celebre o convênio junto a uma entidade fechada de previdência complementar aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, nos termos do art. 158 da Portaria MTP nº 1.467/2022;
- XVII.** efetue o envio ao Sistema Aplic e ao Ministério da Previdência Social avaliação atuarial com data focal de 31/12/2024.
- XVIII.** determine ao contador responsável que obedeça ao MCASP quanto ao fato de que o saldo inicial do exercício deve corresponder exatamente ao saldo final do exercício anterior;
- XIX.** se abstenha de publicar as demonstrações contábeis de forma não consolidada;
- XX.** se abstenha de abrir créditos adicionais por excesso de arrecadação se não houver saldos suficientes nas fontes de recursos;





XXI. adote as medidas necessárias ao cumprimento da Decisão Normativa nº 7/2023 – PP/TCE-MT, promovendo a edição de lei municipal específica que estabeleça consenso sobre questões relacionadas ao vínculo empregatício e à remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias;

XXII. a partir das Demonstrações Contábeis Consolidadas do exercício de 2025, as notas explicativas sejam integradas por informações claras e detalhadas acerca do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, em observância à Portaria STN nº 548/2015, de modo a subsidiar as análises futuras das Contas de Governo;

XXIII. informe, de forma completa e tempestiva, todos os dados necessários ao cálculo dos indicadores de Taxa de Mortalidade Infantil (TMI), Taxa de Mortalidade Materna (TMM), Taxa de Mortalidade Hospitalar (TMH), Taxa de Mortalidade por Acidentes de Trânsito (TMAT) e Proporção de Consultas Pré-natais Adequadas, permitindo o adequado acompanhamento da evolução dos serviços de saúde municipal;

XXIV. adote medidas efetivas para assegurar o registro e a alimentação regular, junto ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), dos índices de TMI, TMM, TMH, TMAT e da Proporção de Consultas Pré-natais Adequadas, garantindo a fidedignidade das bases de dados oficiais;

XXV. intensifique ações integradas de vigilância em saúde, saneamento básico e mobilização social voltadas à prevenção e ao controle das arboviroses, adotando providências concretas para a melhoria dos indicadores de prevalência dessas enfermidades;

XXVI. mantenha e amplie os investimentos em ações preventivas e em acompanhamento ambulatorial, com foco na atenção básica em saúde, de modo a reduzir agravos evitáveis e melhorar os indicadores sanitários do Município;

XXVII. adote estratégias específicas para melhorar a distribuição e ampliar a cobertura dos serviços de saúde em regiões com déficit de atendimento, bem





como para elevar os indicadores relacionados à força de trabalho em saúde (como o Número Médio de Habitantes por profissional/equipe – NMH), promovendo maior equidade no acesso;

XXVIII. mantenha estratégias eficazes de vacinação e de comunicação social, com campanhas permanentes de esclarecimento à população, visando ao aumento das coberturas vacinais e à prevenção de doenças imunopreveníveis;

XXIX. continue a expansão territorial da Estratégia Saúde da Família e a qualificação técnica das respectivas equipes multiprofissionais, de forma a consolidar a atenção primária como porta de entrada preferencial do sistema e a melhorar, de maneira sustentável, os indicadores de saúde locais; e

XXX. adote medidas de gestão voltadas à melhoria do desempenho educacional do Município, em especial nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, de modo a reverter o quadro em que as notas dos anos iniciais se encontram abaixo das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e das médias do Estado de Mato Grosso e do Brasil, e em que o Ideb dos anos finais apresentou valor zero, gerenciando eventuais riscos ou ameaças que possam comprometer a elevação dos resultados, mediante o acompanhamento sistemático das políticas públicas de educação;

Alerta o gestor municipal que: **a)** a reincidência no descumprimento de determinação/recomendação em processo de contas poderá ensejar a emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas; e **b)** nas próximas instruções de contas, a ausência de implementação do SIAFIC poderá ensejar apontamento de irregularidade por descumprimento dos requisitos legais e normativos aplicáveis.

Ressalva, ainda, que a contabilização dos fatos como expostos pela Secex levam a crer que no exercício financeiro de 2024 houve superávit de execução orçamentária, quando de fato apenas se verificou superávit financeiro.

Por fim, **determina-se** o encaminhamento de cópia dos autos à Câmara Municipal, para cumprimento do disposto no § 2º do art. 31 da CRFB/1988; dos incisos II e III, do art. 210 da CE-MT/1989 e do art. 175 do RITCE/MT.





**Tribunal de Contas
Mato Grosso**

SECRETARIA-GERAL DE PROCESSOS E JULGAMENTOS

Telefone(s): 3613-2945 / 3324-4348 / 3324-4349

e-mail: segeproju@tce.mt.gov.br

Participaram da votação os Conselheiros **SÉRGIO RICARDO** – Presidente, **JOSÉ CARLOS NOVELLI**, **VALTER ALBANO** e **CAMPOS NETO**.

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador-geral **ALISSON CARVALHO DE ALENCAR**.

Publique-se.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2025.

(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: www.tce.mt.gov.br)

CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO
Presidente

CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF
Relator

ALISSON CARVALHO DE ALENCAR
Procurador-geral de Contas

